

FLEISCHER, Soraya; LIMA, Flávia (org.). **Micro**: contribuições da antropologia. Brasília, DF: Athalaia, 2020. 188p.

Ana Paula Marcelino da Silva¹

¹Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil

Micro. Com essa pequena palavra para coisas pequenas, Soraya Fleischer e Flávia Lima organizaram uma obra grandiosa. A pesquisa em que o livro se baseia, iniciada em 2016, foi realizada por pesquisadoras em diferentes momentos de formação na Universidade de Brasília que, seja permanecendo no Distrito Federal, seja indo até o Recife, revelaram uma multiplicidade de caminhos possíveis para entender a ainda obscura e complexa relação entre as crianças que nasciam com as cabeças pequenas e a proliferação de um mosquito em alguns estados do Nordeste. Recife, capital do Estado de Pernambuco, foi o epicentro do problema. Mais do que uma doença, a Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCVZ) revelou problemas sociais que iam desde o saneamento básico até a mobilidade urbana.

Soraya, professora do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília e uma das idealizadoras do Mundaréu¹, e Flávia, jornalista na Empresa Brasileira de Comunicação e especialista em saúde coletiva pela Fundação Oswaldo Cruz, desatam os nós atados pelos diversos saberes que tentavam explicar o universo em torno da SCVZ. Desatados os nós, elas puderam tecer uma trajetória que revelou os rostos de mães, pais, irmãos e irmãs que lidavam diariamente com essas pequenas crianças. Desde o fluido e imperdível prefácio escrito em tempos pandêmicos por Rosamaria Carneiro, “as contribuições da antropologia” mostram que de “micro” a síndrome só tem mesmo o nome que, aliás, foi uma escolha política, segundo Fleischer.

Essa escolha pode ser observada por meio dos elementos gráficos – como a delicada e polissêmica fotografia de capa – e das próprias dimensões dos textos. A obra, organizada em 11 capítulos, apresenta textos que, ao mesmo tempo em que são acessíveis a qualquer pessoa, carregam a densidade da problemática em questão. Já na introdução, Fleischer observa o quão complexa é a síndrome, pelo fato de em “micro” caberem tantas explicações. A politização do conceito que tem seu *locus* semântico em um dos sintomas apresentados pelas crianças acometidas pela SCVZ, a microcefalia, tirou o foco de questões centrais que iam desde o diagnóstico até a necessidade de deslocamento durante o tratamento. No primeiro capítulo, “Mulheres”, Raquel Lustosa explica que o cuidado diário exigido

¹ Podcast de divulgação científica sobre Antropologia, disponível em: <https://mundareu.labjor.unicamp.br/>. Acesso em 5 de março de 2021.

Recebido em: 18/03/2021

Aceito em: 22/03/2021



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>

pelas crianças levou essas mães a empoderarem-se, tornando-as sujeitos políticos capazes de questionar e de exigir seus direitos e os de seus filhos. Mas, se o cuidado é tido como responsabilidade das mulheres, em que a SCVZ afetava os homens? É isso que Gabriela Freitas analisa no segundo capítulo, intitulado “Homens”. Violência doméstica e abandono paternal também fazem parte dos inúmeros desdobramentos que o nascimento de uma criança com SCVZ trouxe às famílias e impedem que questões como a transmissão da doença pela via sexual sejam mais discutidas. A presença da figura paterna é legitimada pelo próprio Estado, que pressupõe ser suficiente a existência de um provedor que possa proporcionar à criança acometida pela síndrome um tratamento adequado.

No terceiro capítulo, “Crianças”, Thais Valim descreve como a “micro” passa pelo universo das crianças. Nas que foram afetadas pela síndrome, as pequenas conquistas são motivo de comemoração e aprendizado por parte de seus irmãos e irmãs, que desde cedo descobrem como conviver com as diferenças. O quarto capítulo, intitulado “Doutores”, explora o universo dos saberes médicos, representado pelos “doutores”. Desde o diagnóstico, quando ainda estavam grávidas, até a vivência com as crianças, Soraya Fleischer mostra como tudo é traumático para as mães de micro que, ao procurarem o Sistema Único de Saúde (SUS), sofrem com a violência e o racismo institucionais e com a força da autoridade dos saberes médicos. Entretanto, o processo de empoderamento e de cidadanização dessas mulheres, engendrado pela vivência com as crianças, proporciona a prática de uma “doutoragem” que as faz questionar, exigir e adaptar o SUS às suas realidades, tornando-as “mães-doutoras” sobre o SUS.

Dentro dessa mesma temática, as questões sobre os medicamentos são trazidas por Ana Cláudia de Camargo no quinto capítulo. Desde a reestruturação do orçamento familiar até a necessidade de judicialização de alguns remédios, a rotina de cuidado das famílias de micro passou a ser organizada a partir dos horários dos remédios das crianças. Mas, ao mesmo tempo em que representam esperança, os medicamentos geram dúvidas quanto aos efeitos colaterais e à dependência, em alguns casos. E, entre a autoridade dos doutores e as particularidades de cada criança, as mães foram desenvolvendo os ajustes necessários para melhor administrar os fármacos.

A partir do sexto capítulo, “Escolas”, a obra começa a lidar de forma mais evidenciada com questões “macro” que explicitam claramente a forma como o Estado lida com as famílias afetadas pela SCVZ. E tudo começa nas escolas. A antropóloga Júlia Garcia mostra como a necessidade de adequar o espaço escolar a uma criança com a SCVZ deixa à mostra a generalidade da importante garantia constitucional à educação. A indispensabilidade do aprendizado esbarra no medo das famílias acerca da forma como essas crianças serão recebidas na escola, mas também em problemas estruturais que já comprometem o aproveitamento escolar de crianças sem e com outras deficiências. Em alguns casos houve, inclusive, a necessidade de judicialização da vaga, por causa da cruel e injustificável falta de reconhecimento das crianças com SCVZ por parte do Estado. O capítulo seguinte, escrito por Ana Letícia Souza e Flávia Lima, mostra as problemáticas em torno da questão dos transportes, que afeta mais intensamente as mães-cuidadoras. Seja para uma consulta, seja para buscar remédios, seja para alguma sessão de terapia, vindas do interior do estado ou morando na Região Metropolitana do Recife (RMR), as dificuldades em se deslocar pelo complicado trânsito do Recife são bem maiores para

uma mãe de micro que precisa levar consigo, além da criança, todos os equipamentos e objetos de uso pessoal necessários. Desde impedimentos burocráticos dos programas estatais oferecidos até terem suas corridas canceladas por motoristas de aplicativos, as mães de micro têm mais esse direito, o da mobilidade urbana, negado.

E é ao abordar aspectos da vida prática dessas mães que o livro nos leva aos “Dinheiros”, com Catarina de Souza. A antropóloga nos mostra a insuficiência do aparato legal para a garantia de benefícios assistenciais básicos que supostamente garantiriam a essas mães e crianças renda e moradia adequadas às suas necessidades. Novamente sufocadas pelos estreitos caminhos da burocracia estatal, essas mulheres têm de lidar com as inúmeras comprovações e exigências para ter seus direitos reconhecidos pelo principal causador do problema que afetou seus filhos, afinal, foi a negligência sanitária do Estado brasileiro a responsável pela proliferação do mosquito transmissor da doença.

E é por meio das “Mídias”, capítulo em que Flávia Lima discute o papel dos meios de comunicação durante a epidemia e depois dela, que essas mães encontraram uma forma de narrar parte das suas histórias de vida ao lado de seus filhos. A cobertura da imprensa logo no início da epidemia, ao mesmo tempo em que informava e orientava a população, também desencadeou o assédio das famílias de crianças acometidas pela SCVZ, o que de certa forma só reforçou o estigma – encerrado apenas na microcefalia – e os preconceitos aos quais essas crianças eram submetidas. Em pouco tempo, essas mulheres aprenderam a transitar pelo mundo jornalístico, utilizando o espaço para exigir os direitos negados pelo Estado. Com o passar dos meses, a repercussão em torno do problema foi perdendo força na grande mídia, o que gerou certo silenciamento em torno dos problemas que persistiram. No entanto, a utilização das redes sociais ajudou essas mães a construir suas próprias narrativas, seja pela criação de blogs ou de grupos em aplicativos de mensagens.

As “Ciências”, analisadas pelo olhar panorâmico de Aissa Simas, finalizam o livro. Nesse capítulo fundamental, a Antropologia se vê atravessada por questões acerca do papel que a ciência e a tecnologia desempenham desde o início da epidemia que aconteceu, justamente, quando o país dava seus primeiros passos em direção ao abismo em que hoje nos encontramos. Com a institucionalização da resposta à crise, que foi feita por meio da criação de ambulatórios especializados, o Estado, ao mesmo tempo em que tinha por objetivo ajudar as principais afetadas pela SCVZ, transformou-as em sujeitos de pesquisa. Mas a dependência mútua entre assistência e pesquisa encontraria dificuldades práticas provocadas pelos cortes e congelamentos orçamentários que esses setores vêm sofrendo nos últimos anos.

As contribuições da antropologia² para o debate sobre os desdobramentos da epidemia do vírus Zika revelam questões que permaneceram escondidas atrás de algumas hegemonias. Sem destecer as cortinas desses domínios do conhecimento, o livro entrega nas mãos das principais afetadas, as mães de micro, o tear a partir do qual são tecidas as frágeis pontes entre elas e as instituições. Mas as brechas e a instabilidade dessas pontes – mais algumas na cidade do Recife – nada têm de micro.

² A versão completa da obra em formato digital está disponível em: http://www.dan.unb.br/images/E-Books/2020_FLEISCHER_LIMA_Micro.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

Ana Paula Marcelino da Silva

Mestranda em Antropologia (PPGA/UFPB). É membro do GRUPESSC – Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura e participante do projeto “ANTROPOCOVID – Estado, populações e políticas locais no enfrentamento à pandemia de Covid-19: análise social e diretrizes de ação e intervenção não farmacológica em populações em situação de vulnerabilidade e precariedade social”, coordenado pelas professoras Sonia Maluf (UFSC/UFPB), Mónica Franch (UFPB) e Soraya Fleischer (UnB).

Endereço profissional: Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Campus I – Castelo Branco, João Pessoa, Paraíba, CEP: 58059-900, Brasil.

E-mail: anapaula_marcelino@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3564-3797>

Como referenciar este artigo:

SILVA, Ana Paula Marcelino da. Resenha. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 240-243, setembro de 2021.